

MONTERO, Santiago, *Prodigios en la Hispania romana*, Madrid, Edição de Guillermo Escolar, 2020, 350 pp. ISBN: 978-84-18093-58-6.

Poderia parecer, à primeira vista, que se tratava de edição adequada à época pandémica que vivemos. Não é. Como Santiago Montero assinala, no prefácio, a monografia «culmina três anos de investigação (2016-2019)» acerca da adivinhação na Hispânia romana, um projeto financiado pelo Ministério da Economia, Indústria e Competitividade de Espanha. E este foi o último tema a tratar dentro dessa perspetiva divinatória. Por isso, o subtítulo do volume explicita: «Raios, terremotos, epidemias, eclipses».

Sempre o prodígio encantou o Homem. Algo, quer a nível humano quer da Natureza, que não se lograva explicar dentro da lógica habitual. E, por isso, esse fenómeno excecional esteve sempre impregnado de uma aura mística, numa aproximação maior entre o Homem e as divindades, porque sinal divino, em seu entender, teria de ser, ainda que envolto no mais denso mistério. Já em 1963, Raymond Bloch definia o prodígio como «um fenómeno imprevisito, terrível, antinatural, que escapa às leis naturais e manifesta na terra a cólera dos deuses» (p. 9); contudo, nem sempre é a cólera que nele radica; também pode ser um sinal fora do comum, a que o Homem atribui intervenção sobrenatural, como acontece no caso dos milagres.

Faz-se, na introdução, o ponto da situação acerca dos estudos já levados a efeito nesse âmbito, acentuando-se, desde logo, que, na atual historiografia, já se não considera o prodígio como algo de «banal ou anedótico» para se o encarar como «um aspeto-chave do pensamento religioso romano e da mentalidade coletiva do povo romano», perspetiva, aliás, que está, naturalmente, a ser aplicada no estudo de todas as épocas e de todos os povos.

O prodígio não surge *ex machina*, como se diz de algo súbito a entrar na cena de uma peça teatral: há todo um condicionalismo psicológico (individual e coletivo) que o proporciona e, de certo modo, prepara o seu aparecimento. E se, no reino de Portugal, o desaparecimento de D. Sebastião na refrega de Alcácer-Quibir deu azo a não se acreditar na sua morte e no seu mui provável reaparecimento numa «manhã de nevoeiro» — crença alicerçada na vontade coletiva de manter a independência —, os prodígios astrais que envolveram a subida do imperador Augusto ao poder consubstanciam também o anseio da população em acabar com o martírio das guerras civis e, por isso, teve aceitação plena o gesto imperial de incluir no seu nome o

de «Augusto», para mostrar claramente que, pela intercessão divina, vinha para «aumentar» e fomentar o bem do seu povo.

Divide-se em três partes o livro de Santiago Montero, seguindo rigorosamente a ordem cronológica: a República, o Império, a Hispânia cristã. No final, as conclusões e a mui exaustiva e bem atualizada bibliografia (p. 333-347!).

Conclui-se que, neste domínio, a dependência das fontes historiográficas «é absoluta», sendo «muito limitado» o contributo dado pela Epigrafia, pela Numismática e pela Arqueologia, ainda que uma ou outra inscrição se faça eco de algo extraordinariamente acontecido, como se exemplificará em relação a *Bracara Augusta*; a representação de determinados símbolos nas efígies imperiais monetárias implique a ocorrência de algo fora do comum; e possa haver uma descoberta arqueológica invulgar que permita pensar que o prodígio aconteceu.

Sintetizam-se, por conseguinte, na conclusão, quatro aspetos: a panorâmica cronológica dos prodígios romanos na Hispânia; os lugares onde os prodígios acontecem (nos acampamentos militares, em contexto urbano, nos fenómenos naturais...); as formas que assumem; e, de modo especial, «o objetivo, a finalidade da circulação dos prodígios», sublinhando-se, neste aspeto, o facto de o prodígio justificar a ambição dos *imperatores* e anunciar a sua predestinação ao poder (p. 328). Sublinha-se, ainda, o facto de a explicação prodigiosa radicar na ignorância das causas físicas concretas que estavam na base do que fora considerado prodígio, como um terramoto, uma ‘praga’, a queda de um raio...

Deveria resistir a enumerar os temas dos capítulos tratados nesta obra; confesso, porém, que só desta forma se compreenderá, por um lado, o que do ponto de vista histórico se analisou e, por outro, a panóplia de circunstâncias que o fenómeno pôde envolver.

O rol analisado é vasto e a cada um se dedica um capítulo, para dele haver uma análise exaustiva e, além disso, dele se efetuar mui fácil consulta.

Assim, no que respeita à época republicana na Península Ibérica, começa-se pela criança de *Saguntum*, que se situa no ano 219 a. C. e termina-se na palmeira de *Munda*, um episódio datado de 17 de Março de 45 a. C., ou seja, do momento em que César, para montar o acampamento (estava-se na luta entre César e Pompeu e em *Munda* se travou a batalha decisiva), teve de abater um bosque, tendo, porém, impedido o abate de uma palmeira, que se lhe afigurou especial. E foi, porque de imediato nela cresceu um rebento, que viria a ultrapassar em porte a árvore-mãe.

Sinal – interpretar-se-ia depois – de que, depois de César, viria, com ainda maior pujança, o seu filho adotivo, Augusto.

De permeio, as histórias da chama em torno da cabeça de Lúcio Márcio; Cipião e Neptuno na laguna de *Carthago Nova*; os prodígios ocorridos em *Ilipa*; o eclipse da Lua em *Pallantia*, em relação a Marco Emílio Lépido; o gavião que sobrevoa a cabeça de Décimo Lélío, legado de Pompeu nas guerras sertorianas, presságio do seu assassinato; o terramoto em *Corduba*... No âmbito dessas guerras, há prodígios a assinalar dum lado e doutro dos contendores (capítulo 8); e não falta quem, a determinado momento, tenha visto as águias de dez legiões deixarem cair os raios sobre que estavam poisadas e largar para as alturas, prognóstico certo de que a derrota romana iria acontecer.

Do período imperial, destacarei o caso do raio de *Bracara Augusta* (cap. 3, p. 213-225). Tudo começa com a identificação da inscrição que está numa das paredes exteriores da catedral de Braga. A palavra *conditum*, «construído», que aí claramente se lê, induziu logo a pensar na expressão *fulgur condere*. Explica Leite de Vasconcelos:

«Quando o raio caía em um sítio, era necessário enterrar, ao som de rezas misteriosas, todos os sinais de lume por ele deixados – ao que os Romanos chamavam *fulgur condere*, “enterrar o raio”. [...] A sepultura do raio consistia em um *púteal*, monumento análogo a um poço com seu bocal – também denominado *bidental*, por causa do sacrifício, que então se fazia, de uma *bidens* (vítima que tinha já completas as duas ordens de dentes, i. é, adulta); no *púteal* gravava-se uma inscrição atinente à cerimónia» (*Religiões da Lusitânia* III 1913, p. 486-487).

Santiago Montero data a inscrição de finais do século III a. C. ou primórdios do II (p. 215). Assim se assinalara a fundação de *Bracara Augusta*, como sugeriu Alain Tranoy:

«A importância que parece ter sido dada a esse facto [a queda de um raio, sinal do poder de Júpiter] e o carácter mui oficial da inscrição não serão de relacionar com a própria criação de *Bracara Augusta*?» (*La Galice Romaine*, 1981, p. 318).

O monumento tinha como finalidade assinalar e perpetuar o carácter sagrado do lugar. Não nos admiraria, pois (caso, como pode deduzir-se, a epígrafe haja sido encontrada ali), que a ereção nesse preciso local da catedral católica visasse perpetuar uma sacralidade pré-existente.

Trata-se, sem dúvida, de uma epígrafe deveras importante e, como já tive ocasião de sugerir (cf. <http://hdl.handle.net/10316/28710>, p. 323), a retirada da pedra da parede poderá vir a trazer nova luz sobre a sua tipologia.

E não se poderá omitir igualmente a referência a *Olisipo*, porque reza a história que na cidade se organizou uma embaixada ao imperador Tibério para lhe dar conta de que fora visto e ouvido Tritão numa gruta a soprar no seu tormentoso búzio – a terrível melodia que arrasta tempestades – e que, doutra vez, também na costa olisiponense, dolentemente cantara, ao morrer, uma Nereida de corpo escamado (cap. 4, p. 227-238). Que significado, funesto ou não, se poderia atribuir ao facto, acabamos por não saber; mas Montero recorda, com justeza, a esse propósito, a retirada de Tibério para o seu palácio na ilha de Capri e o seu ‘convívio’ ali com as realidades marinhas – um ‘convívio’ facilmente compreensível ainda hoje quando visitamos o local, dependurado sobre o Mediterrâneo lá em baixo...

Muito bem documentado em cada um dos seus capítulos, escrito em linguagem deveras acessível, este livro de Santiago Montero constitui exaustivo ponto da situação sobre uma temática cujas implicações não apenas religiosas e no quadro das mentalidades mas também – e de modo muito especial – no âmbito das pulsões políticas é sempre deveras aliciante.

**JOSÉ D’ENCARNAÇÃO**

jde@fl.uc.pt

UC – CEA ACP

<https://orcid.org/0000-0002-9090-557x>

[https://doi.org/10.14195/2183-1718\\_78\\_10](https://doi.org/10.14195/2183-1718_78_10)